



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete da 1ª Vice-Presidência

CORTE ESPECIAL

Agravo Regimental no Recurso Especial no Processo nº 322337-2

Recorrente(s): Telemar Norte Leste S/A

Recorrida(s): Maria Isabel de Almeida Moreira

Relator: Des. Leopoldo de Arruda Raposo

EMENTA

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. APLICABILIDADE DE DECISÃO DE MÉRITO DO STJ EM SEDE DE RECURSO REPETITIVO (ART 543-C, § 7º, INCISO I, DO CPC). DECISÃO AGRAVADA EM CONFORMIDADE COM O ENTENDIMENTO DO STJ. RECURSO NÃO CONHECIDO. DECISÃO UNÂNIME.

1. Não se observa, neste recurso, qualquer argumentação que venha ensejar a pretendida reforma da decisão agravada, eis que a matéria dos presentes autos foi decidida conforme o entendimento firmado pelo STJ, pela sistemática dos recursos repetitivos, no REsp nº 1.033.241/RS, no sentido de que a complementação buscada pelos adquirentes de linha telefônica mediante contrato de participação financeira deve tomar como referência o valor patrimonial da ação apurado com base no balancete do mês da respectiva integralização.
2. Conquanto alguns pronunciamentos da Vice-Presidência possam ser desafiados por agravo interno, o regimento desta Corte não o prevê para a hipótese de negativa de seguimento do recurso especial por óbice da Súmula nº 07/STJ.
3. Agravo não conhecido por unanimidade.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Agravo Regimental no Recurso Especial no Processo nº 322337-2, em que figuram, como recorrente, Telemar Norte Leste S/A e, como recorrida, Maria Isabel de Almeida Moreira, à unanimidade **ACORDAM** os Desembargadores integrantes da Corte Especial deste Tribunal de Justiça de Pernambuco, em **não conhecer** o presente recurso, consoante relatório, votos e ementa que integram este julgado.

Recife,


Des. Leopoldo de Arruda Raposo
1º Vice-Presidente

pls.
435
[assinatura]



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete da 1ª Vice-Presidência

CORTE ESPECIAL

Agravo Regimental no Recurso Especial no Processo nº 322337-2

Recorrente(s): Telemar Norte Leste S/A

Recorrida(s): Maria Isabel de Almeida Moreira

Relator: Des. Leopoldo de Arruda Raposo

RELATÓRIO

Agravo Regimental interposto contra decisão proferida por esta Vice-Presidência que, com fundamento no óbice da Súmula nº 07 e artigo 543-C, § 7º, I, do CPC, não admitiu o recurso especial (fls. 385/400).

Em síntese, a decisão agravada negou seguimento ao recurso especial por entender que a complementação buscada pelos adquirentes de linha telefônica mediante contrato de participação financeira, deve tomar como referência o valor patrimonial da ação apurado com base no balancete do mês da respectiva integralização, existindo nesse sentido, inclusive, julgamento de mérito do REsp nº 1033241/RS, em sede de recurso repetitivo.

Alega a agravante que *"o fato da demandada/recorrente ter procedido à realização dos cálculos relativos ao contrato de participação financeira de titularidade da autora/recorrida com base nos critérios previstos nas Portarias Ministeriais vigentes à época não significa que tenha atuado em desconformidade à determinação da Súmula nº 371 do STJ, visto que nada obsta a que o valor patrimonial da ação apurado no primeiro ou último balanço posterior, ou mesmo de acordo com o valor de mercado, coincida exatamente com aquele apurado no balancete do mês da integralização."*

Sustenta que a decisão interlocutória agravada pautou-se na equivocada premissa de que a recorrente visa ao exame de matéria fático-probatória, esbarrando na Súmula nº 07.

É o relatório.

Recife,

Des. Leopoldo de Arruda Raposo
1º Vice-Presidente

fls.
436
D



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete da 1ª Vice-Presidência

CORTE ESPECIAL

Agravo Regimental no Recurso Especial no Processo nº 322337-2

Recorrente(s): Telemar Norte Leste S/A

Recorrida(s): Maria Isabel de Almeida Moreira

Relator: Des. Leopoldo de Arruda Raposo

VOTO

Não observo, neste recurso, qualquer argumentação que venha ensejar a pretendida reforma da decisão agravada, eis que a matéria dos presentes autos foi decidida no âmbito do STJ, pela sistemática dos recursos repetitivos, no REsp nº 1.033.241/RS, ocasião em que restou sufragado o entendimento de que a complementação buscada pelos adquirentes de linha telefônica mediante contrato de participação financeira deve tomar como referência o valor patrimonial da ação apurado com base no balancete do mês da respectiva integralização.

É o que se depreende do referido paradigma:

"COMERCIAL E PROCESSUAL CIVIL. TELECOM. CRT. CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. COMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES. DIFERENÇA. PRESCRIÇÃO. DIREITO PESSOAL. DIVIDENDOS. ARTS. 177 DO CC/1916, 205 E 2.028 DO CC/2002. VALOR PATRIMONIAL DA AÇÃO. APURAÇÃO. CRITÉRIO. BALANCETE DO MÊS DA INTEGRALIZAÇÃO. RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. LEI N. 11.672/2008. RESOLUÇÃO/STJ N. 8, DE 07.08.2008. APLICAÇÃO. I. Nas demandas em que se discute o direito à complementação de ações em face do descumprimento de contrato de participação financeira firmado com sociedade anônima, a pretensão é de natureza pessoal e prescreve nos prazos previstos no artigo 177 do Código Civil revogado e artigos 205 e 2.028 do Novo Código Civil. II. A complementação buscada pelos adquirentes de linha telefônica mediante contrato de participação financeira, deve tomar como referência o valor patrimonial da ação apurado com base no balancete do mês da respectiva integralização (REsp n. 975.834/RS, Rel. Min. Hélio Quaglia Barbosa, unânime, DJU de 26.11.2007). III. Julgamento afetado à 2ª Seção com base no procedimento da Lei n. 11.672/2008 e Resolução n. 8/2008 (Lei de Recursos Repetitivos). IV. Recurso especial conhecido em parte e provido." (STJ – 2ª Seção, REsp 1033241/RS, Rel. Min. Aldir Passarinho Junior, DJe 05/11/2008)



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete da 1ª Vice-Presidência

Conquanto alguns pronunciamentos da Vice-Presidência possam ser desafiados por agravo interno, o regimento desta Corte não o prevê para a hipótese de negativa de seguimento do recurso especial por óbice da Súmula nº 07/STJ.

Por oportuno, trago à baila a norma regimental:

Art. 255-A. O agravo regimental, observado, no que couber, o disposto nos arts. 252 a 255, será cabível contra decisão de qualquer dos vice-presidentes que:

NOTA: Artigo acrescido pela Resolução nº358, de 25/11/2013 (DJE 26/11/2013)

I - obstar o seguimento de recurso extraordinário ou especial pela aplicação da sistemática da repercussão geral (CPC, art. 543-B) ou dos recursos repetitivos (CPC, art. 543-C), respectivamente;

NOTA: Inciso acrescido pela Resolução nº358, de 25/11/2013 (DJE 26/11/2013)

II - indeferir ou julgar improcedente pretensão incidental ou incidente processual, inclusive medida cautelar, em processo da respectiva competência com recurso ainda pendente de remessa, inclusive por meio eletrônico, a Tribunal Superior.

(...)

§ 2º Além dos casos de inobservância, pela parte agravante, dos requisitos extrínsecos da tempestividade e da regularidade formal, o vice-presidente, a quem couber o julgamento do agravo, também monocraticamente poderá dele não conhecer quando sua interposição configurar a hipótese de erro grosseiro ou inescusável, tal como definida pela jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça.

NOTA: Parágrafo acrescido pela Resolução nº358, de 25/11/2013 (DJE 26/11/2013)

Assim sendo, por ausência de previsão regimental, não conheço do pedido de reforma da decisão agravada relativo à suposta inaplicabilidade da Súmula nº 07.

Ante o exposto, não conheço do recurso.

É como voto.

Recife,


Des. Leopoldo de Arruda Raposo
1º Vice-Presidente